

EXPANDIR SEM DEMOCRATIZAR: DA EXPANSÃO PRIVADO/MERCANTIL DA EDUCAÇÃO AO MITO DA DEMOCRATIZAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE.

EXPAND WITHOUT DEMOCRATIZE: THE EXPANDING PRIVATE/COMMERCIAL EDUCATION TO THE MYTH OF DEMOCRATIZATION OF ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN MOZAMBIQUE.

Lucas Alberto Essilamo Nerua¹

Andréa Borges Leão²

Edgar Manuel Bernardo³

Tiago Tendai Chingore⁴

RESUMO

Este artigo visa refletir em torno do modelo de expansão da educação superior em Moçambique nos últimos dez anos (2004-2014). Buscamos no mesmo, demonstrar o que se forja no país desde a última década, um modelo de expansão de educação superior marcado pelo crescente predomínio de interesses privado/mercantis, que desafiam a regulação estatal de caráter pública e nos levam a questionar o mito de que, o crescimento e expansão da educação superior em Moçambique sejam sinônimos de democratização do acesso ao ensino superior para todos os moçambicanos, independentemente do seu extrato social e econômico. Para refletir sobre os dados estatísticos do ensino superior em Moçambique (no que concerne ao número de instituições de ensino superior, públicas e privados e número de matriculados em cada uma delas), usaremos categorias analíticas como as de expansão e democratização trazidas por Alfredo de Sousa (1996), de educação/mercadoria e mercadoria/educação referenciadas por Valdemar Sguissardi (2008) e por último mostraremos como este modelo de expansão interfere e distorce as funções da universidade mencionadas por Anísio Teixeira (1969; 1998), e enfatiza a predominância de um modelo mercantil de fins lucrativo no mercado educacional nacional, que torna a democratização do acesso ao ensino superior um mito bem distante de acontecer na vida das populações excluídas e vulneráveis da sociedade moçambicana.

Palavras-Chave: Expansão – Democratização – Educação Superior – Mercadoria

ABSTRACT

This article aims to reflect about the higher education expansion model in Mozambique in the last ten years (2004-2014). We seek the same, demonstrate what is forged in the country over the last decade, a higher education expansion model marked by the growing predominance of private / mercantile interests, defying state regulation of public character and lead us

to question the myth that , growth and expansion of higher education in Mozambique are synonymous with democratization of access to higher education for all Mozambicans, regardless of their social and economic statement. To reflect on the statistics of higher education in Mozambique (regarding the number of top public and private educational institutions and number of enrolled in each of them), we will use analytical categories such as expansion and democratization brought by Alfredo de Sousa (1996), education / merchandise and merchandise / education referenced by Valdemar Sguissardi (2008) and finally show how this expansion model affects and distorts the functions of the university mentioned by Teixeira (1969, 1998), and emphasizes the predominance of a market model for profitable purposes in the national education market, which makes the democratization of access to higher education a very distant myth happen in the lives of excluded and vulnerable populations of Mozambican society.

Keywords: Expansion - Democratization - Higher Education – Merchandise.

INTRODUÇÃO

Num mundo em que o desenvolvimento econômico e social pressupõe o desenvolvimento científico e tecnológico, a abertura, expansão e democratização do acesso ao ensino, em particular o superior se faz questão de sobrevivência nacional, pois que dela depende a formação, em número suficiente, dos cientistas, pesquisadores e técnicos necessários para o progresso do país. Por outro lado, se o número de diplomados universitários é muito restrito, eles tendem a formar, dada a crescente procura de que é objeto, uma espécie de classe ou estrato privilegiado, que, ao defender as situações que o favorecem, pode criar obstáculos ao desenvolvimento geral da sociedade e levar aos que não tem acesso a mesma a situações de vulnerabilidade social e econômica (SOUSA, 1996).

Nos últimos dez anos Moçambique testemunhou um crescimento exponencial de instituições de ensino superior (IES), tendo saído de 17 em 2004 para 48 instituições de em 2014, dentre quais se destacam, universidades, institutos superiores politécnicos, academias e escolas públicas e privadas, cuja população estudantil no mesmo período cresceu de 22.000 para pouco mais de 128.000 estudantes. Se considerarmos que desde 1975, ano da independência do país ao ano 2004 conseguiu-se apenas 17 instituições, os acontecimentos da década subsequente permitem considerar que existiu uma relativa aceleração quantitativa destas, o que

torna uma tarefa instigante perceber se esse crescimento em extensão significou mais inclusão e acesso democrático ao ensino superior no país ou apenas mais um atrativo mercadológico do capital.

Entretanto, se a expansão caracteriza um marco importante para o desenvolvimento do econômico e social do país, por fornecer a sociedade, técnicos, pesquisadores e cientistas necessários para o seu progresso, é necessário que as mesmas IES não cresçam apenas em número, mas também em igualdade de acesso entre os diferentes extratos sociais e econômicos da sociedade, para que ela não se faça um artigo luxuoso e excludente, atingindo apenas alguns, e isso, obriga que a educação em sua expansão seja um direito público, gratuito e democrático, e não uma mercadoria “luxuosa”.

Notamos, neste trabalho que com este crescimento ao invés da expansão do ensino superior em Moçambique alcançar em número e igualdade aos moçambicanos, ela tornou-se uma mercadoria, pois o número crescente das IES é predominantemente de fins lucrativos, isto é, privado/mercantis, o que evidencia a mercantilização do sistema educacional e desmistifica o mito da expansão enquanto sinônimo de democratização do acesso ao ensino superior em Moçambique, que é tanto defendido pelo Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano (MOÇAMBIQUE, 2014), ao afirmar que o ensino é um direito, deve ser gratuito e acessível a todos os moçambicanos sem distinção de classe social-econômica. Aqui vemos claramente a impossibilidade de se cumprir essa prerrogativa e a inviabilidade das funções da universidade colocadas por Teixeira, que faremos referência no decorrer do trabalho.

Faremos também referência neste artigo, de maneira articulada com os dados sobre as IES em Moçambique, as categorias como, a expansão, democratização do ensino superior, discutiremos igualmente às categorias educação/mercadoria e mercadoria /educação e as implicações deste modelo privado-mercantil de educação superior em face da necessidade de democratização do acesso ao ensino superior em Moçambique.

EXPANDIR SEM DEMOCRATIZAR O ACESSO AO ENSINO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE

Nos últimos dez anos testemunhou-se em Moçambique, um crescimento exponencial do ensino superior, tendo saído o país, de 17 em 2004 para 48 instituições de Ensino Superior (IES) em 2014, cuja população estudantil no mesmo período cresceu de 22.000 para pouco mais de 128.000 estudantes. Este crescimento vertiginoso se olhado de maneira quantitativa nos levaria a acreditar que, o mesmo aconteceu de maneira equitativa, isto, é alcançando todos os seguimentos sociais e econômicos da tão diversificada população moçambicana.

Mas, um, porém se levanta ao verificarmos os dados estatísticos inerentes ao ensino superior em Moçambique de 2014, pois embora tenham aumentado o número de IES no país e conseqüentemente tenha se ampliado o número e vagas para matrículas, podemos verificar que isso, não fez com que o acesso ao ensino superior deixasse de ser excludente e inacessível para algumas camadas socioeconômicas da sociedade. Se antes foi por falta de vagas, hoje certamente é por falta de dinheiro para pagar por essa mercadoria.

Ao analisarmos os dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique, notamos que das 48 instituições de ensino superior (entre Universidades, institutos superior politécnicos, academias e escolas), das quais quase 31 tiveram suas origens na última década, verificamos que 30 delas o que corresponde a 62,5% são do setor privado/mercantil e apenas 18, o que corresponde a 37,5% são públicas. Sendo Moçambique um país pobre e em vias de desenvolvimento, onde quase 60% da população são pobres (vive abaixo do nível de pobreza) e com um índice de analfabetismo que ronda aos 55% da população conforme referencia o Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas Para o Desenvolvimento – PNUD (2014) e Banco Mundial (2013), questionamo-nos, como a expansão do ensino superior de caráter privada/mercantil de fins lucrativos garantiria a democratização do ensino superior à camadas pobres, uma vez que deixa de ser um direito, gratuita

para se transformar em uma mercadoria luxuosa em um país onde mais da metade da população não tem nem poder de compra de produtos de primeira necessidade?

Parece que o mito da democratização não cabe apenas na expansão quantitativa e mercadológica do ensino superior, pois mais do que expandir precisamos incluir, e se a educação tem preço perante uma maioria pobre ela passa de direito a um sonho quase que inalcançável, um mero mito do capital.

É evidente com base nos dados estatísticos sobre o ensino superior em Moçambique (2014) que a educação está longe de ser para todos, quando ganha preço em um país com mais da metade da população sem poder de compra. Assim, com o predomínio do segmento privado-mercantil na expansão da educação superior moçambicana, fortalece-se o analfabetismo e se retrocede na luta contra a pobreza (principal meta do plano quinquenal do governo 2010-15), uma vez que estando vivendo na pobreza mais da metade da população não tem como comprar o acesso ao ensino superior, e com isso, ocupam cargos e desempenham funções pouco remuneradas uma vez não tendo o nível de escolaridade requerida em cargos de prestígio social (SOUSA, 1996).

Talvez, seja melhor lembrar que é uma ilusão tomar a educação como antídoto dos problemas individuais e sociais, e como mecanismo de mobilidade social das classes vulneráveis da sociedade, quando ela ganha preço e se torna uma mercadoria inacessível a esse mesmo estrato sócio-econômico que pretende libertar. Aqui, enfatiza-se que a massificação da educação dentro da lógica mercadológica deste modelo de expansão da educação superior em Moçambique, não cumprirá a sua anunciada missão messiânica de amor para com os analfabetos e desprovidos, mas um papel indispensável na reprodução do sistema capitalista, que tendera a explorar e a excluir os incapazes de comprar esse antídoto do analfabetismo e pobreza (ROSSI, 1980; MÉSZÁROS, 2008; GADOTTI, 2012).

Embora, de 2004 a 2014 tenha-se alçado à educação superior, tanto no que diz respeito ao número de IES que subiram de 17 para 48, quanto ao número da população estudantil que saiu de 22.000 para

128.000. Notamos que no ano de 2014 dispunha-se de maior oferta de vagas para matrícula no setor privado-mercantil da educação (128.073) em detrimento das 97.104 para as públicas (INE⁵, 2014). O que mostra que o crescimento e a conseqüente expansão do ensino superior em Moçambique têm seguido desde 2004 até hoje uma direção privado-mercantil de fins lucrativos.

Repetindo-se aqui a velha receita do capital: após privatizar os ganhos com o mercado educacional, o sistema socializa os prejuízos, pois enquanto o negócio da venda do ensino superior lucra, o país é que alcança índices assustadores de analfabetismo e pobreza decorrentes da incapacidade de compra dos indivíduos, pela falta de empregos bem remunerados, decorrente da carência de níveis de instrução superior. Assim, a expansão ao invés de significar democratização do acesso ao ensino superior vira um mito que se realiza apenas no sentido empresarial e mercadológico, o que faz com que se privatize até o que é tido constitucionalmente como direito inalienável, educação (SGUISSARDI, 2008).

Entretanto, há que realçar que ainda que a expansão do ensino seja de caráter privado, não podemos retirar o papel que tem tido na formação de novos quadros técnicos que tem impulsionado algumas mudanças no país nos últimos 10 anos. Porém, não se pode também esquecer de que, essa crescente expansão do ensino excludente (mercadológico) tem um efeito sobre a participação percentual do setor público no total de IES e de matrículas, o que diminui as possibilidades das camadas de baixa renda ingressar no ensino superior, o que lhes reserva lugar apenas nos altos índices de analfabetismo, desemprego ou refúgio nos trabalhos precarizados, direcionados aos não compradores da luxuosa mercadoria educacional, necessária para a mobilidade e prestígio social no país.

Sendo o modelo de expansão do ensino superior em Moçambique de predomínio privado-mercantil com fins lucrativos, a população escolarizada é relativamente escassa, conseqüentemente, o grau médio de instrução é baixo e a percentagem daqueles que possuem um curso superior muito reduzida. Sendo que a educação superior abre

possibilidades de melhores empregos e melhores condições de vida, uma pequena minoria privilegiada consegue aceder o ensino e manter os privilégios. E como é pouco numerosa a população instruída, as diferenças de vencimentos médios entre os diplomados superiores e os assalariados e funcionários não diplomados é abismal, o que estratifica e segrega os moçambicanos.

Para que a expansão não se restringisse a uma camada privilegiada da sociedade e alcançasse todos os extratos populacionais, incluindo os pobres e analfabetos é para Sousa (1996) necessário que ela não se atenha a mecanismos mercadológicos, mas de inclusão e gratuidade, o que passa pela sua democratização, enquanto direito de todos os moçambicanos. Porém, isso, parece estar longe de acontecer, quando vemos a intervenção estatal no plano da educação superior reduzir e assistir a expansão vertiginosa do ensino superior privado/mercantil de fins lucrativos.

E por democratização do ensino, entendemos uma política que vise tornar o ensino, e especialmente o ensino superior, acessível a todas as classes sociais sem distinção de meios materiais. Isto é, uma política de ensino que se empenhe na eliminação dos obstáculos financeiros que se opõem à entrada dos jovens nos estabelecimentos de ensino superior, e retenha, como critério de seleção, unicamente o exame das capacidades intelectuais e de trabalho do candidato. Deve ainda entender-se, por extensão, que uma política de democratização do ensino implica a abertura de possibilidades de acesso ao ensino superior àqueles que, não sendo jovens e tendo já iniciado uma carreira profissional, sintam necessidade de aperfeiçoar os seus conhecimentos técnicos ou a sua cultura (SOUSA, 1996).

Entretanto, é evidente que uma verdadeira política de democratização implica a abertura do ensino em todos os níveis. Limitamo-nos a sublinhar o ensino superior, que é o que nos interessa para o presente caso. Isto se deve ao fato de que os objetivos traçados no Plano Estratégico do Ensino Superior – PEES 2012-2020 – (MOÇAMBIQUE, 2012), preconizam que haja nacionalmente um acesso equitativo a um ensino superior de qualidade, relevante, inclusivo e sustentável. Permitindo

que a escolha de cursos pelos estudantes não seja condicionada pelo fator custo, mas sim pelos anseios pessoais e vocacionais destes.

Porém, a questão que pode ser feita é como materializar esses objetivos, diante da elevada expansão do ensino privado/mercantil em detrimento da expansão das IES públicas, em um país onde mais da metade da população vive abaixo da linha da pobreza e sem condições de pagar pela luxuosa mercadoria na qual se transformou a educação superior no país?

RELAÇÃO ENTRE CAPITALISMO E O MODELO PRIVADO/MERCANTIL DE EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR EM MOÇAMBIQUE: EDUCAÇÃO/MERCADORIA E MERCADORIA/EDUCAÇÃO

Talvez, se faça relevante questionarmos no contexto moçambicano como fez Sguissardi (2008) no Brasil, qual é a relação existente entre a atual crise financeira capitalista mundial e o *modelo* de expansão da educação superior em Moçambique? Em seguida, sem pretensão de dar uma resposta fechada e absoluta, pretendemos refletir em torno dessa relação que afeta o sistema educacional nacional.

Parece-nos que essa relação matrimonial entre educação e capital é secular. Marx e Engels (*apud*, MELO, *et al.*, 2012), já tinham apontado para as três tendências da então consolidada sociedade capitalista de sua época, que eram: aumentaria incessantemente a massa de mercadorias, fosse pela maior capacidade de produzi-las, fosse pela transformação de mais bens, materiais ou simbólicos, em mercadoria. No limite, como viram os dois autores, tudo seria transformado em mercadoria; e a sociedade capitalista seria compelida a inventar sempre novos bens e novas necessidades. Mas, para aumentar a potência produtiva e expandir o espaço da acumulação, essa sociedade realizaria uma revolução técnica incessante que passa pela criação de um homem portador daquelas novas necessidades em expansão, o que altera profundamente a cultura e as formas de sociabilidade incluindo o próprio sistema educacional.

Entretanto, se como também viu Rossi (1980), o desenvolvimento

do modo de produção capitalista, acarretaria uma incessante revolução técnico- científica e tecnológica, certamente que também acarateria escolas que preparassem os trabalhadores incumbidos de usar tais tecnologias. E aí onde a escola (IES) vira na concepção de Sousa (1996) instrumento de mobilidade social e ascensão individual para os diplomados.

Mas, nos lembra, chamando a nossa atenção Mészáros (2008) que para que as IES tenham como parâmetro o ser humano, sua emancipação, a educação não deve ser um negócio (mercadoria), mas criação, formando não apenas para o mercado, mas para vida, não sendo assim, apenas privilégio de um minúsculo grupo, o que, passaria por ela ser um direito de todos, gratuita e democrática, para que esse mercado de trabalho não seja privilégio somente dos que conseguiriam pagar a educação, mas de todos os indivíduos.

Na última década, com a descoberta de petróleo, gás e minas de carvão mineral em Moçambique, assistiu-se, o crescimento de número de moçambicanos sendo enviados para estudar no exterior (países da Europa, América-Latina e Ásia) e o surgimento de 2004-2014 de mais de 30 IES em Moçambique, para corresponderem à busca de técnicos, pesquisadores, cientistas pelos investidores estrangeiros que chegaram a Moçambique para exploração dos recursos minerais (tendo se destacado as empresas como a Vale, Kenmare, ENI e outras). Em simultâneo crescia o número de IES de carácter privado-mercantil, em forma de Institutos Superiores Politécnicos, Escolas Superiores e Universidades em diversas províncias de país. As mesmas foram implantadas em importantes regiões metropolitanas, mas especialmente do interior do país, ou/e em locais onde estão os grandes empreendimentos. Se destacando aqui a inseparável relação de “amor” entre o desenvolvimento das forças produtivas com a mercantilização do ensino superior.

Entretanto, notamos que ao se resolver o problema da escassez de IES em Moçambique com a abertura e expansão de inúmeras IES privadas, atendemos a busca de pesquisadores, técnicos e cientistas por parte das empresas estrangeiras em Moçambique, mas criamos o problema de inacessibilidade do ensino superior para as famílias incapazes de pagar pela educação. É notável aqui que embora os investimentos estrangeiros

tenham trago em parte o crescimento do país pela empregabilidade aberta, resultante dos investimentos na mineração, certo também é que quase metade da população moçambicana está fora dessa estatística dos privilegiados, pois, os poucos empregos que advém dos grandes empreendimentos requerem uma formação superior (MÉSZÁROS, 2008). E como alcançá-la em um país em que o ensino-educação tornou-se mercadoria cara à venda para “pobres”?

Contudo, a proeminência do mercado-educacional no modelo de expansão da educação superior, como demonstrado, em que tende a impor-se, no médio prazo, a hegemonia do setor privado-mercantil das IES e matrículas, não nos permite dar uma resposta satisfatória a esse pergunta, pois, exige que se ultrapasse o campo empírico e se tente alcançar a essência desse fenômeno antes de tentar apressadamente resolver.

Pois, como corolário da tendência de tudo ser transformado em mercadoria pela sociedade capitalista, é que se pode entender que os serviços educacionais, como um direito e um bem público vira um mito e possa a ser considerados como uma mercadoria, a educação-mercadoria, objeto de exploração de mais-valia ou de valorização. Isto não somente entre os empresários da educação, mas até certo ponto também para os interesses privado/mercantis no aparelho do Estado, o que torna ilusório senão um mito imaginar as camadas vulneráveis a comprar o seu acesso ao ensino superior antes de ter garantido sua própria reprodução física (sobrevivência).

Aqui se faz oportuno mostrar de maneira enfática usando as categorias educação/mercadoria e mercadoria/educação como esse modelo de expansão do ensino superior em Moçambique se ajusta a lógica do modo de produção e reprodução do capital. Peçamos emprestado de Rodrigues (2007) a seguinte questão, como se distingue a educação/mercadoria da mercadoria/educação na promoção do modelo privado/mercantil do ensino superior?

Por um lado, se um capital em particular estiver buscando sua valorização a partir da venda de serviços educacionais, tais como o capital investido em instituições de ensino, sejam elas escolas, institutos ou universidades, esse capital comercial tenderá a tratar a prática social

educacional como uma mercadoria cujo fim é ser vendida no mercado educacional. Em outras palavras, o serviço educacional, como um curso de graduação prestado por uma universidade (em geral, privada), é o caso típico da educação/mercadoria. Pois, se, por outro lado, a educação e o conhecimento são encarados como insumos necessários à produção de outras mercadorias, como é no processo produtivo, o capital industrial tenderá a encarar a prática social educacional como uma mercadoria-educação, “o que inviabiliza pensar o acesso à educação superior como algo gratuito e acessível a todos, pois tal projeto inviabilizaria a acumulação privada da mais valia via a comercialização do ensino” (RODRIGUES, 2007, p. 5-6).

O importante aqui é ressaltar que são duas perspectivas ou faces da mesma moeda, isto é, da forma como o capital busca valorizar-se. Contudo, nenhuma dessas formas seria isenta de contradições. Entretanto, fica exposto, que os empresários da educação em Moçambique tenderão, por todos os meios, a buscar a valorização e o controle sobre a educação-mercadoria, sob todas as suas formas (o que explica o estado mínimo na área da educação); do mesmo modo, os empresários industriais, comerciais etc., tenderão a exercer sobre o sistema de educação superior, público ou privado, toda a forma de pressão que lhes garanta os insumos, a mercadoria/educação, que melhor sirvam aos objetivos de valorização de seu capital.

Neste sentido, e porque são distintos os interesses imediatos de ambos os tipos de empresários, os industriais, comerciais ou outros (empresas estrangeiras em Moçambique), em geral, tendem a valorizar mais a educação superior estatal pública, embora esta esteja em Moçambique sendo ofuscada pela iniciativa privada que tende a cada ano a mostrar um crescente e estrondoso número de vagas para matrículas em detrimento do público que vai cedendo ou assistindo o negócio do mercado educacional privado crescer em instituições e lucro.

Assim, enquanto os empresários da educação buscam seus lucros por meio de venda dessa mercadoria, na qual se transformou o acesso ao ensino superior, mais da metade dos 25.5 milhões de habitantes com idade para ingressar ao ensino superior em Moçambique vão sendo

arrastados aos trabalhos precarizados que não exige altos estudos que eles não podem pagar, e a tantos outros as estatísticas elevadas de analfabetismo. E os que conseguem aceder essa mercadoria, são absorvidos como mão de obra, insumo, mercadoria/educação que propiciem a mais ampliada extração da mais-valia da acumulação nas mineradoras e minas de carvão.

DO MODELO MERCANTIL DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR AO FRACASSO DAS FUNÇÕES E OBJETIVOS DA UNIVERSIDADE

Para melhor compreensão das implicações do modelo de expansão da educação superior em Moçambique, caracterizado pela predominância dos interesses privados/mercantis ou pelo mercado educacional, recorreremos a um dos mais respeitados mestres da teoria e da história da universidade, Anísio Teixeira (1998). Este autor coloca algumas funções centrais da universidade e sua impossibilidade de realização dentro de um sistema educacional mercadológico que predomina a expansão privado/mercantil do ensino superior. Embora tenha feito esse estudo sobre as universidades brasileiras, encontramos relevância e pertinência de suas colocações para o nosso trabalho, uma vez que acreditamos que independe do país, a universidade tem uma funcionalidade universal que transcende as particularidades.

Para Teixeira (1998), a função da universidade é uma função única e exclusiva. Não se trata somente de difundir conhecimentos. O livro também os difunde. Não se trata, somente, de conservar a experiência humana. O livro também a conserva. Não se trata, somente, de preparar práticos ou profissionais, de ofícios ou artes. A aprendizagem direta os prepara, ou, em último caso, escolas muito mais singelas do que universidades. Mas, trata-se de manter uma atmosfera de saber para se preparar o homem que o serve e o desenvolve.

“Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressiva” (TEIXEIRA, 1998, p. 35).

Entretanto, achamos oportuno mostrar aqui as quatro grandes funções da universidade referenciadas por Teixeira (1998) e como se tornam quase que impossível a sua execução em Moçambique devido, em grande parte, ao modelo de expansão privado/mercantil. Sendo então mercadoria, como já dissemos anteriormente, nem todos têm condições suficientes para pagarem pelo produto que no contexto moçambicano resulta na exclusão de mais da metade da população que se encontra vivendo em níveis abaixo da pobreza absoluta. Importando destacar que não existem no país programas de governo que visem auxiliar essas camadas sociais nos estudos.

Retomando as funções da educação referidas por Teixeira, consideraremos a primeira a da formação profissional. As universidades, de modo geral, salvo algumas exceções, têm como objetivo preparar profissionais para as carreiras de base intelectual, científica e técnica. O que também em consonância com Teixeira (1998), Sousa (1996) diz possibilitar também o acesso a empregos menos precarizados e possibilidade de uma renda que influencia na mobilidade dos indivíduos, embora isso seja problemático nos níveis de sociabilidade capitalista na qual nos encontramos.

Teixeira afirma que não é fácil de caracterizar a segunda grande função. Seria a do alargamento da mente humana, que o contato com o saber e a busca produzem nos que frequentam a universidade. É algo mais que cultura geral. É a iniciação do estudante na vida intelectual, o prolongamento de sua visão, o ampliar-se de sua imaginação, obtidos pela sua associação com a mais apaixonante atividade humana: a busca do saber.

A terceira função é a de desenvolver o saber humano. A universidade não só cultiva o saber e o transmite como pesquisa, descobre e aumenta o conhecimento humano. Este objetivo não é o mesmo do preparo profissional, não é o mesmo daquele alargamento mental da inteligência. A universidade faz-se o centro da elaboração do próprio saber, de busca desinteressada do conhecimento, da ciência e saber fundamental básico.

Por último, mas não menos importante, a universidade é a

transmissora de uma cultura comum. Nisto é que a universidade moçambicana mais tem falhado. Além de profissional, a universidade moçambicana, relativamente desinteressada por Moçambique, não logrou constituir-se a transmissora de uma cultura comum nacional, mas a cultura do mercado.

A universidade será assim um centro de saber, destinado a aumentar o conhecimento humano, um noviciado de cultura capaz de alargar a mente e amadurecer a imaginação dos jovens para a aventura do conhecimento, uma escola de formação de profissionais e o instrumento mais amplo e mais profundo de elaboração e transmissão da cultura comum moçambicana. Estas são as ambições da universidade em qualquer país, ou deviam ser como mostrou e fez menção Teixeira (1998) no caso da expansão da educação superior no Brasil.

Sem a universidade, com tais funções, já proclamara Teixeira, “não chega a existir um povo”. O povo, a nação que não a tem não pode ter “existência autônoma, vivendo, tão somente, como um reflexo dos demais (...)” (TEIXEIRA, 1998, p. 34).

Teixeira, nos deixa perceber que a expansão das IES tem um papel indispensável, pois os diplomados são capacitados sobre o ponto de vista profissional, humano, cultural e intelectual, para a vida e para o mercado. Entretanto, se as IES são esse meio pelo qual somos inseridos no mundo social, profissional e da cultura comum aprendida pelos livros, professores, pesquisas, etc., surgiu aqui à necessidade que essa universidade se estenda não só em número, mas em inclusão, democratização, para que não seja um lugar privilegiado para alguns devido à impossibilidade de outros de frequentá-la, pois isso faria dos que tem condições de pagá-la em seu modelo privado/mercantil de fins lucrativos, uma elite em ascensão ou prolongação e os demais, excluídos e rejeitados da sociedade.

Pois, se mais de 55% da população é analfabeta e mais de 56% vivem abaixo da linha da pobreza, como ascenderiam ao mercado de trabalho onde se exige instruções superiores se não podem pagar pela mercadoria luxuosa na qual se transformou a educação em Moçambique?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de um modelo de expansão da educação superior, com predomínio crescente dos interesses privado/mercantis, seria sensato esperar que a expansão das instituições de educação superior ou universidades que tendencialmente se conduzem de acordo com a lógica mercantil fossem de acesso democrático, gratuito e inclusivo? Seria empiricamente (olhando os dados estatísticos sobre o ensino superior no país, 2014) válido colocar a expansão do ensino como sinônimo de democratização do acesso ao ensino superior e ver nesse modelo o antídoto para o fim ou redução das altas taxas de analfabetismo e a consequente redução dos índices de pobreza a qual mais da metade da população é confinada? Como ter esperança que o pobre compre o acesso a educação superior e se livre do analfabetismo e da pobreza, quando ele não tem nem acesso aos bens de primeira necessidade e vive de apenas 1 dólar por dia? (PNUD, 2014).

Não nos ariscaremos a dar respostas satisfatórias ou acabadas a essas perguntas, se não dizer que o artigo nos permite com o já refletido até aqui, dizer que o modelo privado/mercantil de expansão do ensino superior de fins lucrativos adotado em Moçambique nos últimos 10 anos, está longe de significar democratização do acesso ao ensino superior no país, pois é insustentável para um país cuja mais de 55% vive na linha da pobreza ter acesso ao ensino superior quando esse se configura como uma mercadoria.

Entretanto, com o crescimento vertiginoso de IES privadas de caráter mercantil e lucrativo, impõem-se também uma série de obstáculos para a regulação e o controle, sob responsabilidade do Estado, que garanta a preservação dos ideais de um sistema de educação superior ou universitário como direito e bem público, para a formação de profissionais/cidadãos de uma sociedade com o máximo de justiça e igualdade sociais.

Os números de IES privadas e o crescente número de vagas de matrículas que dispõem em detrimento das vagas das públicas, mostram de forma clara que o estado vai se minimizando enquanto fornecedor do sistema educacional, virando assim, o ensino superior um

mercado lucrativo para a iniciativa privada, que não se importa com os elevados índices de analfabetismos resultantes da inacessibilidade do ensino mercantil, mas com o lucro gerado dentro desse mercado educacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BANCO MUNDIAL. **Relatório Anual de 2013**. Disponível em: <<https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/16091/9780821399422PT.pdf?sequen>> Acesso em 29 de Junho de 2015.
- GADOTTI, M. **Concepção Dialética da Educação**: Um estudo introdutório. 16. ed. Cortez Editora, São Paulo, 2012.
- Instituto Nacional de Estatísticas**. Disponível em: <<http://www.ine.gov.mz/Acessado>>. Acesso em 29 de Junho de 2015.
- MELO, E., *et al.* **Marx, Mézáros e o Estado**. 1.ed. Instituto Lukács, São Paulo, 2012.
- MÉSZÁROS, I. **A Educação para Além do Capital**. 2. ed. Boitempo editorial, São Paulo, 2008.
- MOÇAMBIQUE. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Dados Estatísticos sobre o Ensino Superior em Moçambique 2013**. MEC, Maputo, 2014.
- _____. Ministério da Educação e Desenvolvimento Humano. **Plano Estratégico do Ensino Superior (PEES, 2012-2020)**. MEC, Maputo, 2012.
- PNUD. **Relatório do Desenvolvimento Humano**: a ascensão do Sul, progresso humano num mundo diversificado, New York, 10017, Usa, 2014. Disponível em: <<http://www.pnud.org.mz>>. Acesso em 30 de Junho de 2015.
- RODRIGUES, J. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.
- ROSSI, W. **Capitalismo e Educação**: Contribuição ao estudo crítico da economia da educação capitalista. 2. Ed. Editora Moraes, São Paulo, 1980.
- SGUISSARDI, V. Modelo de Expansão da Educação Superior no Brasil: predomínio privado/mercantil e desafios para a regulação e a formação universitária. **Educação e Sociologia**. Campinas, vol. 29, n. 105, p. 991-1022, set./dez. 2008.
- SOUSA, A. **Algumas reflexões sobre a democratização do Ensino Superior**. Porto editora, Lisboa, 1996.

TEIXEIRA, A. **Educação no Brasil**. São Paulo: Nacional, 1969. p. 229-246.

_____. **Educação e universidade**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1998.

¹

Bolsista do CNPq, mestrando em Sociologia pelo programa de pós-graduação em Sociologia da UFC, possui graduação em sociologia pela Universidade Eduardo Mondlane-Moçambique. É membro do grupo de pesquisa saúde e sociedade do departamento de sociologia da UEM;

²

Professora associada do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará, doutora em sociologia pela Universidade de São Paulo, bolsista do CNPq. Linhas de pesquisa, sociologia da educação, da cultura e sociologia da literatura;

³

Sociólogo, Bolsista do CNPq, Mestrando em Saúde Pública pela Universidade Federal do Ceará. Colaborador do Núcleo Tramas (Trabalho, Ambiente e Saúde);

⁴

Professor assistente da Universidade Pedagógica de Moçambique, Doutorando em Filosofia pela UP, possui mestrado e graduação em filosofia pela Universidade Pedagógica. Linhas de pesquisa, Filosofia pratica e Filosofia da Educação;

⁵

Instituto Nacional de Estatísticas.

RECEBIDO EM: Julho de 2015

APROVADO EM: Julho de 2015